

# HOBBS E MEDÉIA \*

Rita Helena S. F. Gomes \*\*

## RESUMO

Esse artigo visa estabelecer algumas relações entre o mito de Medéia e a obra hobbesiana. O principal ponto do texto é a análise da retórica na filosofia hobbesiana e é, ainda, nesse prisma que será tratado o porquê do desaparecimento do exemplo de Medéia no *Leviatã*.

**PALAVRAS-CHAVE:** Hobbes. Medéia. Retórica. Política. Filosofia do século XVII.

## ABSTRACT

In this paper we intend to establish some relations between Medeia's myth and the hobbesian work. Analyse the hobbesian rhetoric is the main point of the paper and is on that basis that will be explained why the reference to Medeia disappears on *Leviathan*.

**KEY-WORDS:** Hobbes. Medeia. Rhetoric. Politics. Seventeenth Century Philosophy.

---

\* Este artigo foi escrito com o apoio do CNPq.

\*\* Doutoranda do *Programa de Pós-Graduação em Filosofia da UFMG* com o projeto de tese *A Filosofia de Hobbes e a Desobediência*.



## INTRODUÇÃO

No capítulo VIII da segunda parte dos *Elementos da Lei Natural e Política* Hobbes utiliza o mito de Jasão e Medéia para exemplificar o perigo representado pela junção da eloquência dos ambiciosos com a loucura do vulgo. Essa mesma referência é repetida no *Do Cidadão* e, embora não reapareça no *Leviatã* ela não perde a importância de ser analisada com a devida cautela. Em verdade, a própria escolha do autor de não reintroduzir uma figura que lhe serviu tão bem nas obras precedentes é significativa e merece uma avaliação.

Nesse artigo, então, tomamos como objeto de estudo o mito de Medéia e as relações que este guarda com a filosofia política hobbesiana. Além do mito, contudo, investigamos também a Medéia de Eurípedes, com o intuito de buscar uma maior compreensão desta personagem e, a partir daí, entender mais plenamente o porquê do filósofo inglês rejeitar suas atitudes como danosas para a manutenção do Estado.

## O MITO DE MEDÉIA

Iniciamos, portanto, com um resumo da Medéia mitológica<sup>1</sup>: A história começa com o destronamento de Éolo por parte de Pélias, que após a usurpação do trono consulta-se com o oráculo que prediz que um dos netos de Éolo, mais precisamente um filho de Eson, surgirá com um dos pés descalços e restaurará a usurpação ora feita.

Sabendo de tal predição, Eson divulgou ao nascimento de Jasão que esse estava doente e, logo depois, que a criança não havia resistido. No dia em que foi realizado seu suposto funeral, Jasão foi entregue ao centauro Quíron. Aos vintes

---

<sup>1</sup> O resumo aqui exposto toma como base o mito de Jasão e Medéia tal como apresentado por Pugliesi, 2005.

anos, no entanto, Jasão quis cessar seu exílio e seguindo as ordens do oráculo rumo a corte de Iolcos, perdendo no caminho, ao transportar Juno, uma de suas sandálias.

Ao chegar em seu destino o herói é levado ao palácio e, na presença de Pélias, identifica-se como filho de Eson e exige a coroa. Pélias, percebendo que nada podia contra ele, pois era odiado por seus súditos e esses tinham se interessado pelo jovem príncipe, não recusa diretamente seu pedido, mas propõe-lhe uma expedição gloriosa (e perigosa) para apaziguar os manes de Frixo e conquistar o Tosão de Ouro, jurando que no retorno de tal aventura o trono lhe será entregue. Jasão aceita, assim, o desafio e reunindo mais de cinquenta homens torna-se o comandante dos Argonautas.

Quando desembarca na Cólquida, Jasão se dispõe a vencer todos os obstáculos para obter o Tosão. As deusas protetoras do herói fazem, então, a filha do rei Eétes apaixonar-se pelo jovem. Em nome de sua paixão Medéia, que possui a arte dos encantamentos, promete auxiliar Jasão em sua empreitada caso este jure casar-se com ela e ser-lhe fiel. Com a ajuda de Medéia Jasão supera todos os difíceis obstáculos e, cumprindo sua palavra o jovem príncipe leva consigo Medéia. Na fuga, todavia, os amantes viram-se perseguidos e Medéia esquarteja Absirto, seu irmão, e espalha seus pedaços para retardar a marcha dos soldados de Eétes e desnortear seu pai. Após a fuga os amantes casam-se e partem para Iolcos.

Lá chegando, entretanto, Pélias não se apressa em cumprir sua promessa e mantém a coroa usurpada. Jasão constatando isso instiga Medéia a ajudar-lhe mais uma vez. Ela usa, pois, de sua astúcia para atender ao pedido do marido e, frente às filhas de Pélias, mata um velho carneiro, corta-o

aos pedaços e atirando-os numa caldeira, ferve-os com algumas ervas. Depois desse ritual ela faz surgir um cordeiro. As filhas de Pélias, estupefatas com a magia, aceitam a proposta de Medéia de fazer o mesmo com rei, rejuvenescendo-o.

Seguindo a receita de Medéia as filhas de Pélias trucidam o pai. No entanto, ao invés de devolver a juventude ao usurpador, a receita de Medéia faz com que ele seja inteiramente consumido na caldeira, de forma a não lhe permitir, sequer, ser sepultado.

O plano de Jasão e Medéia, porém, não funciona, haja vista que Acasto – filho de Pélias – apoderou-se do trono e fez com que o casal abandonasse o reino.

#### **HOBBS E MEDÉIA**

Hobbes, obviamente, não utiliza todas as minúcias narradas acima em seus textos. Ao contrário, podemos verificar que para o filósofo de Malmesbury a única parte do mito que importa é a final, ou seja, o momento em que seduzidas pela astúcia de Medéia as filhas matam o rei Pélias.

Esta escolha hobbesiana, contudo, é merecedora de nota, na medida em que reflete um ponto fundamental de sua teoria política. Em nenhum instante vê-se nas linhas do inglês a alusão de que Pélias era um usurpador e que Medéia era casada com o legítimo herdeiro do trono. Essa ausência é propositada e a escolha desse mito entre tantos outros exemplos que cabiam para ilustrar a discussão é prova cabal disso.

Hobbes sonega a informação de que Pélias era um usurpador porque isso para ele é irrelevante. Usurpador ou não, o que conta é que Pélias era rei, e o era porque conquistou o poder e tornou-se legítimo pela promessa explícita ou tácita de seus súditos:

De tal maneira que a **CONQUISTA** (para a definirmos) é a aquisição do direito de soberania por vitória. Direito esse que é adquirido com a submissão do povo, pela qual este faz um contrato com o vencedor, prometendo obediência a troco de vida e liberdade<sup>2</sup>.

Entendido isso, compreende-se que Jasão não possuía quaisquer direitos, de acordo com a filosofia hobbesiana, de reivindicar o trono; posto que seu avô perdera o direito no momento em que Pélias derrotando-o, conquistou a submissão do povo.

Uma questão, porém, martela os leitores de Hobbes: Como é possível que Pélias – o usurpador – tenha chegado ao comando e se tornado governante legítimo, se sua atitude inicial de usurpação é vazia de direitos? A resposta a essa indagação é crucial para nosso autor, especialmente pelo contexto histórico-social que envolvia a Inglaterra em meados do século XVII<sup>3</sup>.

Nosso filósofo dirá, portanto, que apesar de uma revolta contra o poder soberano ser ilegítima, uma vez que esta seja vitoriosa, é legítimo aos cidadãos submeter-se a ela. A aparente contradição é explicada se lembrarmos, como faz Hobbes na Revisão e Conclusão do *Leviatã*, que o homem aceita o pacto fundador do Estado e, conseqüentemente, a submissão quase que total ao soberano, em vista da conservação da própria vida. O comandante-mor da Cidade, por sua vez, pode garantir a vida de seus súditos porque detém poder suficiente para tanto; perdido esse poder, perde-se a capacidade de proteção do súdito e, por conseguinte, a

---

<sup>2</sup> Hobbes, *Leviatã*, 1974, p. 410.

<sup>3</sup> O contexto ao qual nos referimos é a guerra de 1642 que culminou com a execução do rei Charles I e a tomada do poder por Oliver Cromwell.

obrigação do cidadão de obedecer ao que ora foi tido como seu soberano. A obediência, deixa muito claro nosso pensador, é o preço a ser pago pela proteção. Cessando a capacidade de proteger, cessa também a obrigatoriedade de obedecer.

Pélias, então, é legítimo soberano, já que mantém em suas mãos o poder de dirigir o Estado e também a submissão dos populares. Assim, a atitude de Medéia sob o ponto de vista hobbesiano não pode ser classificada senão como um atentado contra o estado civil, uma traição contra aquele a quem se jurou, explicita ou tacitamente, obediência.

Não é de estranhar, portanto, que Hobbes apresente a história de Medéia, ou melhor, parte dela, quando tratando das causas internas que levam à dissolução do Estado.

Das treze causas que predisõem à sedição descritas no *Do Cidadão* o mito de Medéia aparece como exemplificação da junção da loucura do vulgo com a eloquência dos ambiciosos, ou ainda, nas palavras usadas no *Elementos*, da eloquência e da falta de discrição. O personagem que encarna a eloquência é Medéia, enquanto às filhas de Pélias cabe o papel dos loucos, dos faltosos de juízo.

A eloquência de Medéia é claramente identificada na narração mitológica. Sua astúcia em envolver suas vítimas, em levá-las a realizar seus objetivos é magistral. Com suas palavras e atos a esposa de Jasão ilude e engana, faz parecer às ingênuas filhas do rei que pretende o mesmo que elas, quando na verdade maquina o oposto: ao invés de resgatar a juventude, Medéia quer a morte do soberano.

Vale grifar nesse momento que a eloquência é também uma característica da Medéia de Eurípedes. A peça desse grande autor, no entanto, se passa após a morte e expulsão de Medéia e Jasão da Tessália. Buscando abrigo em Corinto

ambos são aceitos e lá vivem em paz por dez anos. A união, contudo, tem um trágico fim quando o rei Creonte decide oferecer sua filha em casamento a Jasão. Medéia, imbuída do desejo de vingança, planeja a morte da futura esposa e de seus filhos, para que Jasão não tenha sequer o conforto de ter herdeiros.

A tragédia desenrola-se de modo tal que a eloquência da personagem principal é facilmente ilustrada:

MEDÉIA – [...] Entretanto nada tens a temer de mim, Creonte. Na situação em que estou, que posso empreender contra um rei? [...] Suportarei a injustiça em silêncio. Cedo a alguém mais forte do que eu.

CREONTE – Eis uma linguagem bem açucarada. Mas temo que no fundo do coração medites algum funesto intento e por isso tenho ainda menos confiança em ti do que antes <sup>4</sup>.

Como na história de Pélias também aqui Medéia usa de seus conhecimentos mágicos para chegar a sua meta, mas eles não lhe bastam, é preciso antes convencer os outros que suas ações são bem intencionadas. Se na citação transcrita acima Creonte resiste ao discurso enganador, o mesmo não passará com Jasão e sua noiva que acreditando nas palavras dissimuladas de Medéia pagaram o caro preço de seu erro.

O pensador inglês, assim, é como Creonte, despreza as belas palavras e olha para além delas, procurando no eloqüente suas verdadeiras intenções. E as pretensões que Hobbes encontra são, na maioria das vezes, danosas ao Estado. O eloqüente, analisa o filósofo, pode ser de dois tipos: 1) alguém que expressa com elegância e clareza o que a mente concebe, e 2) alguém que com o uso das palavras

---

<sup>4</sup> Eurípedes, 2005, p. 27.



comove as paixões do outro. No primeiro caso a eloquência funciona para elaborar um discurso pautado em princípios verdadeiros, tendo em vista que a expressão refinada do pensamento é fruto tanto da contemplação das coisas mesmas quanto do entendimento das palavras e de seus significados. O segundo modelo de eloquência, porém, utiliza-se das palavras em seu uso metafórico, manipulando-as de acordo com as paixões que quer provocar. Para o eloqüente do segundo tipo a finalidade do discurso não é o desvendamento da verdade, mas a vitória; qualquer opinião pode ser defendida e receber as cores da verdade<sup>5</sup>.

Obviamente, é com o segundo aspecto da eloquência, a retórica, que Hobbes irá preocupar-se e, logo, é esse aspecto que Medéia representa. Suas palavras não condizem com a verdade, são apenas ferramentas para seduzir o outro e garantir a conquista de seus ideais. Importa-lhe somente a vitória e não a lógica, a máscara da verdade e não a sabedoria mesma.

Medéia personifica na teoria hobbesiana o indivíduo sedicioso, aquele que através das palavras envolve e encanta os tolos fazendo-os acreditar serem verdadeiras as opiniões contrárias à paz. E, enfeitiçados pelos discursos do orador, os tolos tornam-se loucos, pois pensam sentir o que não sentem e agem contra seu próprio bem crendo estarem favorecendo-se:

E assim é o poder da eloquência, através do qual por muitas vezes um homem é levado a acreditar que ele sofre sensivelmente uma pontada ou pancada, sendo que ele nada sofreu, e a entrar na ira e indignação sem qualquer outra causa além das palavras e paixões do orador<sup>6</sup>.

<sup>5</sup> Sobre essa diferenciação vide: Hobbes, *Do Cidadão*, 1998, p. 193-194.

<sup>6</sup> Hobbes, *Elementos da Lei*, 2002, p. 203-204.

O orador, assim, é poderoso e seu poder aumenta cada vez que convence alguém de suas idéias. Em última instância, um grande líder rebelde é sempre um retórico, um hábil conquistador que arrecada a força dos tolos para suas empreitadas. Como Medéia, o retórico age pela força do outro, fazendo crer que suas opiniões são verdades indubitáveis e as ações por ele sugeridas as melhores possíveis para alcançar o bem-estar de todos. O poder do orador está no truque, como o usado pela figura mitológica para atrair as filhas de seu inimigo, as palavras do retórico fazem aparecer diante dos olhos do espectador uma realidade distorcida mais de aparência bastante nítida.

Os tolos-loucos, por seu turno, são essenciais ao eloqüente. São eles que põe em prática os atos do sedutor, é deles que deriva a força e o movimento idealizado pelo rebelde. Como as filhas de Pélias, que persuadidas pela ilusão do impossível, tornam reais as palavras do orador, dando vida ao monstro que pensam combater. Também como as filhas do rei, os seduzidos pagam caro por seu erro e carregam o fardo de terem executado os atos que conduziram para a própria destruição. Na Medéia de Eurípedes o mensageiro parece sintetizar essa idéia: [...] *aprenderás suficientemente por ti mesma que o mal recai sobre aquele que o faz*<sup>7</sup>.

Os eloqüentes ocupam, portanto, um espaço importante na obra de nosso autor, já que eles representam um perigo real para a manutenção do Estado. Uma sedução não combatida, um conquistador de sucesso, implica na ruína da tranquilidade e, com o término da paz, instala-se a guerra civil.

O sedutor, nos dirá Janine Ribeiro<sup>8</sup>, rouba o que por direito pertence ao soberano e lhe é indispensável: a fé de

<sup>7</sup> Eurípedes, 2005, p. 54.

<sup>8</sup> 1999.

seus súditos. Na busca de honra e glória, o Don Juan – para usar o termo do comentador acima referido – faz do povo seu espectador e do espaço público seu palco. O espaço público, contudo, é de domínio do soberano e o povo já assiste a apresentação de outro ator. O soberano é o ator por excelência, tendo em vista que recebeu do povo – antes dele multidão – a autorização de agir em seu nome. Só ele pode legitimamente fazer uso da força popular, determinar-lhes as ações levadas a público e as doutrinas a serem seguidas. O soberano é o único que além de legítimo ator do povo, pois o representa, é também autor do roteiro a ser seguido pelo povo, na proporção em que somente ele pode falar em nome dessa entidade<sup>9</sup>.

O sedutor será, então, dominado por seu desejo de glória. Sua razão perde em força para suas paixões e, por isso, suas decisões são tomadas com base nas últimas e não na primeira. Medéia, mais uma vez podemos estabelecer o paralelo, na peça do autor grego é uma mulher claramente controlada pelas paixões. Seu ódio e seu orgulho são fundamentais para explicar quem ela é e para nos fazer entender o porquê de seus atos insanos: *MEDÉIA – Ah! Infeliz vítima do meu indomável orgulho! [...] Sei que atrocidade vou cometer, mas a cólera em mim é mais forte que a razão, é ela quem causa aos mortais as maiores desgraças*<sup>10</sup>.

A razão para Hobbes ordenará sempre a busca pela paz, mesmo nos momentos de maior miséria do estado de natureza, permanece intacta a lei natural que afirma ser a paz a melhor forma de conservar a própria vida. O retórico, em seu olhar embaralhado, faz como a personagem principal da

---

<sup>9</sup> Vale recordar que a teoria da representação e da autorização surge apenas no *Leviatã*.

<sup>10</sup> Eurípedes, 2005, p. 49-51.

tragédia grega e ensurdece aos conselhos racionais, pondo em risco o bem-estar de si mesmo, ameaçando de morte quem lhe garante o abrigo contra a guerra e seus horrores, em troca de reconhecimento e aplauso. As palavras do sedutor quando descobertas pelo governante da Cidade fazem dele um traidor e para ele também serve o que diz Jasão: *Podias ficar neste país e neste palácio, resignando-te à vontade dos que nele mandam. E eis que insensatas palavras fazem banir-te. [...] Mas, depois de haver falado dos reis como o fizeste, estima-te feliz em te desobrigares só com o exílio*<sup>11</sup>.

O sedutor, não obstante, pensa-se sábio. Crer que dominando o público atingirá uma grande conquista, que chegará ao supremo poder. Esquece-se, claro, que ao destronar o soberano instalar-se-á a guerra, que voltará ao estado de natureza onde *a vida do homem é solitária, pobre, sórdida, embrutecida e curta*<sup>12</sup>. Cegando os olhos da razão ele atira-se na caçada por honras e poder, cego ele mesmo de que estas em nada adiantam sem a vida. O mensageiro outra vez resume: *E também não receio dizê-lo, os que se crêem sábios e profundos pensadores são os mais atingidos de loucura*<sup>13</sup>.

No fim são loucos não só os seduzidos, mas também os sedutores. Loucos, no sentido em que sua razão é fraca e deixa-se enganar pelas paixões, sejam elas motivadas pelos outros ou brotadas do interior de si mesmos. As filhas de Pélias em sua tolice deixam-se ludibriar e Medéia ludibria a si mesma ao crer-se sábia.

O resultado da união das duas faces da loucura, a tolice e a ambição, é desastroso quando consegue atingir uma grande quantidade de cidadãos. Hobbes sabia perfeitamente

---

<sup>11</sup> Idem, p. 31.

<sup>12</sup> Hobbes, *Leviatã*, 1974, p. 80.

<sup>13</sup> Eurípedes, 2005, p. 54.

disso e alerta não apenas os súditos, mas também o soberano do perigo representado pelo orador popular:

Portanto, quando a eloqüência e a falta de juízo caminham juntas, a falta de juízo, assim como as filhas de Pélias, consente, através da eloqüência, que é a feitiçaria de Medéia, em esquarterar a república, com base na pretensão ou expectativa de reforma, as quais, quando as coisas estão em combustão, elas não são hábeis em concretizar<sup>14</sup>.

Ou ainda:

Da mesma forma, o vulgo, desejando por loucura (como as filhas de Péleas) renovar o governo já velho, e arrastado pela eloqüência de homens ambiciosos, como elas o foram pelo feitiço de Medéia, divide-se em facções, e o resultado é que mais facilmente consome a república em chamas do que a reforma<sup>15</sup>.

### **ELEMENTOS, DO CIDADÃO E LEVIATÃ**

Feitas as relações entre a história de Medéia e a teoria política hobbesiana, resta-nos somente compreender porque o filósofo inglês não repete o feliz exemplo quando tratando do assunto das coisas que enfraquecem ou dissolvem o Estado no *Leviatã*, como o fez nos livros anteriores ao refletir sobre tal questão.

Não raro são os comentaristas contemporâneos que se dedicam ao árduo trabalho de examinar a evolução do pensamento de Thomas Hobbes comparando seus diversos escritos políticos. Alguns defendem uma ruptura entre o primeiro escrito e o *Leviatã*; outros argumentam em favor da continuidade, apesar de reconhecerem algumas mudanças.

<sup>14</sup> Hobbes, *Elementos da Lei*, 2002, p. 204.

<sup>15</sup> Hobbes, *Do Cidadão*, 1998, p. 195.

Nessa discussão investigam-se não apenas as obras, mas também os dados biográficos do pensador; tenta-se traçar uma história, seja de pequenas oscilações, o que justificaria uma certa continuidade, seja de grandes reviravoltas, o que explicaria as descontinuidades na teoria. Teria Hobbes uma formação intelectual pautada no humanismo ou na ciência nascente? Seria ele crente ou ateu? Na impossibilidade de debater minuciosamente este tema, trataremos rapidamente de algumas idéias mais relevantes para a explicação da ausência de referência à eloqüência no *Leviatã*, seguindo, para tanto, os caminhos apontados por Skinner<sup>16</sup>.

Este renomado intérprete defende que a formação intelectual hobbesiana foi inicialmente humanista. Todavia, na década de 1630 ele teria abandonado os *studia humanitatis* depois ter se deparado com o livro de Euclides. Essa mudança do humanismo para a ciência é que nos permite entender porque em seus trabalhos iniciais o inglês teria como meta contestar a união entre razão e retórica.

A postura apresentada nos *Elementos* e no *Do Cidadão* demonstra a confiança que Hobbes tinha na razão e na ciência. Assim como ele tinha visto a necessidade de aceitar os postulados euclidianos após a leitura das demonstrações, também os demais, uma vez diante de deduções lógicas aceitariam, de bom grado, suas conclusões. Daí, que descobertos os pontos fundamentais para a estruturação do Estado e, a partir da dedução deles, as regras para conservação de uma república saudável, de nada serviria a retórica, senão como um instrumento passível de gerar confusão. A ciência política, que Hobbes afirma não ser mais antiga que seu *Do Cidadão*, dispensa e despreza a eloqüência, porque na ciência

---

<sup>16</sup> 1999.

não há lugar para “provas de autoridade”. Tal posição era antes de tudo uma reação aos ensinamentos humanistas que afirmavam que sozinha a razão era insuficiente para motivar a ação ou mesmo induzir à crença. Para os humanistas a eloquência não só é boa, mas necessária ao exercício da política. A eloquência é uma virtude e, enquanto tal, combina mais com a verdade do que com a falsidade.

A pergunta, então, torna-se ainda mais instigante: Porque some a crítica hobbesiana à retórica no *Leviatã*? Teria Hobbes abdicado dos princípios científicos e retornado ao humanismo?

Na verdade, o que explica a falta da crítica à retórica no *Leviatã* não é um regresso do autor a seu posicionamento inicial, mas sim as circunstâncias históricas vividas por ele. Com a guerra civil de 1642 Hobbes pode ponderar, provavelmente com grande pesar, que o triunfo da razão dificilmente se daria em meio a uma maioria de homens ignorantes e tolos sem a ajuda da persuasão. A argumentação racional sozinha, parece ter percebido o filósofo de Malmesbury, era muitas vezes fraca ante os interesse particulares:

A descoberta hobbesiana fundamental, portanto, é que os interesses contaminam a formação das crenças, dando origem a uma disposição de questionar até mesmo as verdades mais palpáveis da razão, quando os interesses e a razão entram em choque<sup>17</sup>.

O desaparecimento da fábula de Medéia no *Leviatã*, logo, é tão significativo quanto sua utilização nos livros anteriores. A ausência indica o pessimismo de Hobbes nos poderes de convencimento da razão, mostra aos leitores atentos o aparecimento de seu ceticismo frente à eficácia da

---

<sup>17</sup> Skinner, 1999, p.464.

argumentação científica. Convém, entretanto, ressaltar que nosso teórico político não abriu a guarda para os retóricos, persistindo em alertar sobre os efeitos potencialmente danosos da eloquência para a vida política. Medéia não aparece, mas em seu lugar surge a desconfiança para com os súditos poderosos e populares, homens que se forem ambiciosos podem atrair, por sua reputação, a adulação do povo e desviá-lo de suas obrigações, caso os interesse. Bem como Medéia, o cidadão popular e poderoso pode seduzir, enganar, e conduzir os tolos ao erro de lutar contra seu soberano. Os sedutores, apontará Hobbes no *Behemoth*, foram os maiores responsáveis pela guerra civil. “Medéias” e “Don Juans” puseram-se a trabalhar e as tolas filhas de Pélias e “Jasões” deixaram-se iludir, acreditando nas palavras e promessas de melhoras. No *Leviatã* some Medéia porque Hobbes faz, ele mesmo, uso da retórica, e o faz porque descobre que no Estado habitam mais filhas de Pélias do que ele inicialmente pôde crer.

### CONCLUSÃO

Após esta breve exposição podemos concluir que a figura de Medéia representa uma idéia essencial dentro do corpo teórico hobbesiano. As muitas facetas das histórias de Medéia, seja no mito ou na peça, deixam o leitor entrever o perfil do sedutor que Hobbes quer apresentar. Além disso, também os seduzidos são retratados em sua ingenuidade ignorante, em sua tolice que tudo fornece aos eloqüentes.

A moral da história é profunda e indispensável aos que pretendem compreender o Estado hobbesiano: as “Medéias” devem ser controladas, inibidas em suas ações e, se necessário for, exiladas ou mortas; as filhas de Pélias instruídas constantemente das doutrinas verdadeiras e advertidas quanto aos sedutores.



## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

EURÍPEDES. *Medéia*. São Paulo: Martin Claret, 2005. (Coleção Obra-Prima de cada Autor).

HOBBS, Thomas. *Do Cidadão*. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

\_\_\_\_\_. *Elementos da Lei Natural e Política*. São Paulo: Ícone, 2002. (Coleção Fundamentos do Direito).

\_\_\_\_\_. *Leviatã*. São Paulo: Abril Cultural, 1974. (Os Pensadores).

PUGLIESI, Márcio. *Mitologia greco-romana. Arquétipo dos deuses e heróis*. São Paulo: Madras, 2005.

RIBEIRO, Renato Janine. *Ao Leitor sem medo – Hobbes escrevendo contra seu tempo*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1999. (Humanitas).

SKINNER, Quentin. *Razão e Retórica na Filosofia de Hobbes*. São Paulo: UNESP, 1999.